

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS - CTEG - 2015.**

2 Aos nove dias do mês de abril de 2015, às 10h, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
3 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 2ª Reunião, na
4 Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes
5 assuntos: 1- Aprovação da ata da reunião anterior (05.03.2015); 2- Apresentação das
6 soluções para as indústrias da Foz do Canal de São Francisco em virtude das reduções da
7 vazão da transposição - AEDIN; 3 – Atualização de informações referentes à escassez
8 hídrica; 4 – Discussão sobre o Planejamento das atividades da CTEG; 5 – Assuntos gerais.
9 O coordenador da CTEG, Hendrik Mansur (TNC), iniciou a reunião solicitando a aprovação
10 da ata anterior. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) lembrou que a estimativa de
11 alunos participantes do Concurso nas escolas é de 6.000, aproximadamente 1% do
12 número de estudantes da região. Hendrik (TNC) incluiu uma frase solicitando a realização
13 das reuniões das Câmaras Técnicas em dias diferentes. Após contribuições, a ata foi
14 aprovada. Hendrik (TNC) passou ao item 2 que trata da apresentação da AEDIN sobre a
15 implantação de soleira no canal de São Francisco. Antes da apresentação, O Diretor Geral,
16 Julio Cesar Antunes (ABES), explicou que este item foi inserido na pauta para nivelamento
17 de informação dentro do Comitê Guandu sobre o assunto. Além disso, se houvessem
18 contribuições da Câmara Técnica para esse projeto, que isso seja encaminhado para o
19 INEA. O caráter emergencial do projeto dá a entender que as opções devem ser positivas.
20 A intenção é, mesmo que através de ata, as colocações sejam encaminhadas para o INEA
21 como uma posição do Comitê. Julio afirmou que o Comitê deve apropriar-se das
22 informações e do cenário colocados. Em seguida, Pamela Reis (GERDAU) iniciou a
23 apresentação. Pamela (GERDAU) informou que as empresas da AEDIN estão unidas na
24 busca por medidas para solucionar a crise. Principalmente depois das resoluções de
25 redução das vazões do Rio Paraíba do Sul aprovadas pela ANA, as empresas já devem
26 sofrer impacto com a intrusão salina. Hoje em dia já existem paradas nos pontos de
27 captação em algumas empresas. Abílio Faia (FCC) concordou, informando sobre ajustes e
28 suspensão nas captações de água de acordo com a condutividade medida nas águas
29 captadas. Atualmente, a GERDAU capta água e repassa para Furnas. GERDAU, Furnas e
30 FCC ficam a montante, então o efeito da intrusão salina é menor do que o que afeta a
31 CSA. Pamela (GERDAU) explicou que a proposta desde o início da crise é mudar o ponto
32 de captação para mais a montante no canal de São Francisco. Esta é uma solução
33 considerada definitiva. Porém, é uma solução que demanda tempo, além da necessidade
34 de projetos e desapropriação de áreas, por exemplo. A idéia é, enquanto isso, construir
35 uma soleira para tentar barrar a intrusão salina através da redução de vazão para conviver
36 com o cenário a partir de junho. De fato, foi feito um estudo pelo professor Paulo Rosman
37 (COPPE) sobre a geometria da soleira para garantir as atividades do canal. A soleira deve
38 manter inclusiva a navegabilidade. As velocidades do canal também devem ser mantidas.
39 A soleira a princípio teria 13,5m² de área para permitir a passagem de barcos. Alessandro
40 Silva (GERDAU) informou que na modelagem foi avaliado zerar a intrusão salina. Para
41 poder manter zero na CSA, a dimensão ia aumentar a velocidade e o desnível. Então, a
42 solução não atenderia plenamente. Em novos estudos, a idéia foi estudar e evitar ao
43 máximo os impactos possíveis. A simulação chegou à área livre na seção do canal de
44 60m², que não é a melhor para a captação, então as operações serão intermitentes. Com
45 alterações de vazão nas linhas d'água, 15m³/s e 30m³/s não há risco de desnível e para
46 navegação. De acordo com o gráfico da apresentação, após a instalação da soleira, a
47 condição operacional não apresentará problemas de desnível ou navegabilidade.
48 Alessandro (GERDAU) prosseguiu dizendo que em 2006, foi feita uma análise das cheias

49 dos últimos cinquenta anos. E na vazão de 120m³/s não haveria problemas. Com um
50 cenário de vazão incomum, em 850 m³/s, haveria inundação, e foi encomendado um
51 estudo para saber que partes e em que nível isto aconteceria. Mas o que pode ser
52 observado é que, com ou sem soleira, as condições de cheia irão causar alagamento,
53 então a soleira não é o fator determinante de alagamentos. Os mapas seguintes
54 mostraram que não há risco de inundação com vazão até 120 m³/s. Em vazão de 850 m³/s
55 – condição atípica – haveria certa inundação, mas seria necessário verificar o risco de
56 chegar às empresas ou à comunidade. Tito de Araújo (INEA) perguntou se foram levados
57 em consideração todos os pontos de drenagem do canal. Alessandro (GERDAU) informou
58 que o estudo abrangeu toda a área, desde a intervenção da soleira até o Guandu.
59 Amisterdan (SIMARJ) perguntou sobre as questões meteorológicas e de maré. Alessandro
60 informou que o estudo de cheias foi pensado para estas condições, ou junto com o projeto
61 haveria a previsão de uma nova captação. Amisterdan (SIMARJ) questionou também o
62 desassoreamento. Pamela Reis (GERDAU) informou que nas bacias de captação de cada
63 empresa isso é feito. Abilio Faia (FCC) informou que o canal é artificial, construído para a
64 geração de energia elétrica. E era uma região que vivia totalmente alagada no passado. O
65 canal foi construído com um dique dos dois lados para que não entrasse nada até as
66 proximidades da captação da CEDAE. Da FCC até a CEDAE a medida é de
67 aproximadamente 12 km. Este canal foi criado para a vazão de 850m³/s. Pois a vazão em
68 momentos de pico para geração de energia poderia atingir 400m³/s. No Canal de São
69 Francisco, não há contribuições da região. O mesmo disse que não é considerado que
70 haja inundação porque as chuvas vão apenas repor o volume dos reservatórios após a
71 época de estiagem. Então não é esperado que a vazão volte a ter números de
72 aproximadamente 300 m³/s, e destacou que a transposição é um fator mais crítico do que
73 a chuva. Então, existe uma grande área de passagem. No estudo, apesar de reduzir a
74 área, a velocidade não será alterada. Hendrik Mansur (TNC) e Amisterdan (SIMARJ)
75 perguntaram sobre risco de assoreamento na área da soleira. Alessandro (GERDAU)
76 informou que a erosão é uma preocupação maior do que o assoreamento no ponto da
77 soleira, então já existem medidas para evitar o risco. O mesmo informou que o terreno é
78 muito suscetível a recalque, em torno de 1,5m até 2m. Então, seria necessário
79 monitoramento, para saber nível, elevação. E a adutora foi descartada, embora fosse um
80 projeto melhor. O tempo favoreceu a escolha da soleira. O projeto inicial contemplaria trinta
81 e nove geotubos de grande dimensão, e seriam enchidos com areia, cerca de 2.600
82 caminhões. A logística, seria um trabalho gigantesco. Quando se começou a fazer o
83 projeto conceitual, foi visto que os riscos eram muitos. Até porque isso poderia gerar
84 recalque e causar problemas para as captações das empresas. Então foi decidido que não
85 seria essa alternativa, dos geotubos a ser utilizada. A solução feita com Estaca Prancha
86 seria composta, a princípio, por duas estacas e um tubo. Para isso, são utilizadas vigas
87 metálicas que auxiliam a estaca prancha a fazer este esforço de conter a água. Foram
88 exibidos a planta e os projetos já existentes de soleira. Alessandro (GERDAU) informou
89 que as medidas estão de acordo com a legislação. Em seguida, falou sobre os prazos de
90 contratação de estudos e protocolo junto ao INEA. Pamela (GERDAU) informou que a
91 solução partiu de um gabinete de emergência composto por SEA, AEDIN e INEA.
92 Principalmente para discutir a forma de licenciamento da obra para instalar o
93 empreendimento até maio, pois em junho inicia a redução de vazão. A autorização
94 emergencial para a soleira tem prazo de um ano, enquanto é realizada a construção da
95 adutora, que é a solução definitiva. A idéia é utilizar água de reuso da CEDAE. Alessandro
96 (GERDAU) falou que o projeto contempla uma captação intermediária provisoriamente até

97 a captação definitiva, processo que demora por volta de 2 anos. Franziska Huber
98 (FAETERJ-Paracambi) questionou as etapas da obra, e como a estaca é fixada.
99 Alessandro (GERDAU) informou que a tecnologia utiliza pressão hidráulica através de
100 vibração para fixar os materiais. Em seguida, Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) apontou que é
101 complicado que uma solução paliativa implique um gasto grande. Os representantes da
102 GERDAU informaram que a partir da liberação da obra, há o prazo de um ano. Pamela
103 (GERDAU) informou que a soleira é necessária para manter a operação das empresas
104 enquanto a captação intermediária é construída. Alessandro (GERDAU) explicou o mapa
105 com o objetivo de avançar 3 km a montante. Só que a autorização vai contemplar uma
106 condicionante que autoriza a construção da captação intermediária. Amisterdan (SIMARJ)
107 perguntou sobre o prazo de apenas um ano para manter a soleira no canal. Pamela
108 (GERDAU) informou que, por decreto, o prazo é de um ano, renovável por mais um ano.
109 Abilio Faia (FCC) falou que existe a crise e existe o planejamento de Recursos Hídricos,
110 que são coisas que em algum momento se somam. E no momento da crise, as empresas
111 que começaram a acompanhar as reduções de vazão desde 190 m³/s (Santa Cecília), que
112 hoje está em 127 m³/s, e pode diminuir. Julio Cesar (ABES) comentou que existe um
113 planejamento, existem empreendimentos programados para a região, um plano diretor de
114 abastecimento da região metropolitana, então a dinâmica em relação à disponibilidade
115 hídrica para o futuro será muito mais intensa. Então a idéia de montar uma proposta
116 imediata é por conta do momento da pior escassez hídrica em 84 anos. Porém, associada
117 a essa solução imediata, há outros encaminhamentos. Inclusive colocar como diretriz que
118 o Estado comece a pensar na utilização de água de reuso em plantas industriais. É preciso
119 avançar um pouco nesses assuntos, como a intenção de fazer a adutora e concretizar o
120 processo para utilização de água que sai da ETA Guandu, contemplada futuramente no
121 COMPERJ (em Itaboraí), também a utilização industrial aqui na foz do Guandu, e ampliar a
122 estação para 12 m³/s. Esse raciocínio implica uma sequência, e é necessário tomar ação
123 hoje que atenda a todos os usos. A ideia é que haja uma proposta concreta, executável em
124 curto prazo, e se pense em estruturar mais um pouco uma proposta para o futuro, já que a
125 demanda vai subir. Não é apenas o fato de permanecer, mas há uma questão de
126 aplicabilidade para o uso. Ou seja, um tipo de água para abastecimento, outro para
127 indústria. Então a discussão está ampliada a nível de Estado, embora tardiamente. Não há
128 respostas concretas, pois estas discussões não estão materializadas. Por exemplo, a
129 utilização de água do mar, por exemplo. Em primeiro momento, pode parecer absurdo. No
130 nosso caso pode ser a última solução, mas é importante que isso seja amadurecido
131 tecnicamente. O fato de colocar algumas determinações é também que o próprio estado
132 avance em algumas questões que hoje não estão tão claras. Abilio (FCC) completou sua
133 fala em relação ao início das discussões de redução de vazão, dizendo que as empresas
134 querem ter custos acessíveis. O ideal era implantar a adutora para captação de água para
135 as indústrias mais a montante evitando a área de atuação da intrusão salina. Outra solução
136 em estudo seria o reuso da água da CEDAE, isso força um projeto de tratamento dos
137 sólidos remanescentes da água dentro da CEDAE. Este projeto já foi feito para o
138 COMPERJ, em parceria CEDAE x ODEBRECHT. Porém, o projeto está parado. As
139 empresas irão avaliar as obras e o custo das mesmas. Abílio e Julio concordaram que é
140 necessário tempo para amadurecer os projetos. Julio falou que a realidade indica que é
141 necessário encarar a crise hídrica. Quanto à pergunta, existem diversos itens que estão
142 sendo avaliados. Hendrik Mansur (TNC) apontou que não há estudo ambiental e perguntou
143 se há monitoramento ambiental previsto. Alessandro (GERDAU) respondeu que faz parte
144 do contrato que haja um estudo de monitoramento da parte física: assoreamento, desnível

145 e outros. Julio (ABES) sugeriu o acompanhamento do nível em relação ao nível do mar
146 antes e depois da soleira, de certa forma para avaliar o comportamento das marés em
147 função das reduções de vazão e de cheias. Alessandro (GERDAU) falou que há duas
148 empresas capazes de sintetizar este tipo de informação, e que a idéia é ter esse controle
149 na área. Julio (ABES) solicitou que os resultados sejam encaminhados ao Comitê. Pamela
150 Reis (GERDAU) informou que o INEA vai instalar monitoramento. Caroline Lopes
151 (AGEVAP) sugeriu que o ideal é que os dados devem ser integrados aos sistemas de
152 supervisão das empresas em relação à condutividade, como a CSA e a GERDAU já
153 monitoram a condutividade a cada segundo. O ideal é integrar esses sistemas para
154 modelagens mais coerentes para o futuro. Tito de Araújo (INEA) falou que a palavra chave
155 é “provisório”. Quando um projeto é pensado como provisório, não deve ser encarado
156 como definitivo. Para isto seriam necessários muitos estudos, mais detalhados, complexos
157 e caros. O processo de licenciamento seria totalmente diferente quando se tratam de
158 projetos provisórios e fixos. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) lembrou que a licença
159 é renovável apenas por mais um ano. Amisterdan (SIMARJ) perguntou se a solução
160 poderia ser tratada como definitiva no futuro. Tito (INEA) respondeu que a estrutura e os
161 dados não são suficientes para pensar a solução como definitiva. Hendrik (TNC) sugeriu
162 que a Câmara Técnica fizesse propostas, como a de Julio Cesar Antunes de
163 monitoramento a montante e a jusante. Hendrik (TNC) propôs um canal de comunicação
164 com a sociedade que vive em torno do canal, já que a comunidade que existe ali não sabe
165 qual o impacto do empreendimento na região. Alessandro (GERDAU) e Abilio (FCC)
166 informaram que já foi contratado um projeto de comunicação, e que pode ser apresentado
167 ao Comitê posteriormente. Franziska (FAETERJ-Paracambi) perguntou sobre atividades
168 de pesca, por exemplo, e se as pessoas poderiam utilizar este canal de comunicação para
169 conseguir informação sobre isso. Alessandro (GERDAU) informou que a redução de vazão
170 já altera a fauna. Então a soleira ajudaria para manter a fauna próxima à sua área atual de
171 vida. Franziska (FAETERJ-Paracambi) perguntou se há estudo sobre a fauna da região.
172 Abilio (FCC) informou que existem EIA-RIMAs de 2006, principalmente da CSA, que
173 podem apontar este tipo de informação. Tito (INEA) completou a sugestão de Julio (ABES)
174 dizendo que o INEA fará o acompanhamento nas licenças e estudos. E sobre a deriva de
175 gigoga, o mesmo pediu que fosse prevista a retirada de material flutuante da seção.
176 Caroline Lopes (AGEVAP) sugeriu uma barreira ecológica. Tito de Araújo (INEA) informou
177 que isto pode prejudicar a navegação. Julio (ABES) disse que é um rio com uma dinâmica
178 muito forte. É necessário que o projeto contemple uma alternativa de limpeza efetiva caso
179 surja algum material flutuante crítico. Julio (ABES) sugeriu que, após a solicitação de
180 monitoramento e de canal de comunicação, o material gerado seja encaminhado aos
181 membros e, se for o caso, que se marque uma reunião específica para apresentar. Hendrik
182 (TNC) explicou que a sugestão é dar a oportunidade à comunidade local de levantar
183 demandas. Julio (ABES) contrapôs dizendo que o encaminhamento ao Comitê servirá para
184 internacionalizar a discussão entre a Sociedade Civil representada no órgão. Hendrik
185 (TNC) esclareceu que o canal deve ser entre as empresas e o INEA. E dar voz à
186 comunidade local. Se houver necessidade por conta de problemas, aí então deve ser
187 encaminhado ao Comitê. Por fim, foi definido que o monitoramento, o plano de
188 comunicação e a preocupação com a retirada de material flutuante sejam encaminhados.
189 Abilio Faia (FCC) informou que as condicionantes podem ser apresentadas ao Comitê
190 assim que publicadas. Em seguida, Julio (ABES) iniciou a apresentação sobre o histórico
191 de escassez hídrica. Julio (ABES) comentou sobre as reuniões e trabalhos realizados
192 sobre o tema, e solicitou a divulgação dos links sobre a operação hidráulica. Falou também

193 sobre a resolução de antecipação de recursos repassados ao CEIVAP de 2017 a 2019
194 para obras emergenciais no rio Paraíba do Sul. Julio Cesar (ABES) falou sobre o histórico
195 montado por Caroline Lopes (AGEVAP) em relação à vazão de Santa Cecília, que
196 normalmente é de 190 m³/s, a mínima existente até o início da crise hídrica. Foram
197 autorizadas reduções sucessivamente até 140m³/s até dezembro de 2014. Até junho de
198 2015, está prevista a redução para 110m³/s. Atualmente, são 127,5 m³/s. Na prática, são
199 35m³/s para o Baixo Paraíba do Sul e uma variação de 85 a 100m³/s na região das
200 empresas na foz. Existem duas possibilidades para o objetivo: 35m³/s para o Baixo
201 Paraíba, mas as tomadas estão defasadas em relação ao nível. E a qualidade de água
202 também é preocupante. A idéia é fazer um ensaio de 35 m³/s para o Baixo Paraíba e 75
203 m³/s para o guandu. Ou 30 m³/s para o baixo Paraíba e 80 m³/s para o Guandu. O
204 problema é a impossibilidade dos usuários da foz não conseguirem utilizar a água. A maré
205 de sisígia do dia 29 causou uma interrupção de 30h na captação de água, acionando um
206 protocolo de emergência que liberou uma quantidade maior de água para retomar a
207 operação em 1 e 2 de abril. Após este período, as vazões voltaram para a variação de 85 a
208 100 m³/s. De 130 caiu para 127,5 m³/s. Julio passou à simulação dos motivos e
209 conseqüências destas operações a nível de gestão. Julio informou que a vazão está sendo
210 ajustada pelas empresas para chegar à vazão natural do rio, diminuindo a saída para
211 garantir o nível. Se a vazão natural for a 130 m³/s e as empresas estiverem liberando 110
212 m³/s – que é o mínimo estabelecido pela resolução 205 da ANA - há economia de água.
213 Hoje o cenário está em 127,5 m³/s. A interação, basicamente, é entre O.N.S. e ANA, já que
214 o gerenciamento considera o abastecimento e a geração de energia. INEA, IGAM (MG) e
215 DAEE (SP) têm articulado para a melhoria da gestão no período de crise. Em relação à
216 salinidade, Julio mostrou os pontos de captação e monitoramento, e como as empresas
217 como TKCSA e FCC estão melhorando suas capacidades de armazenamento de água
218 para operação. As razões para o aumento da salinidade fogem ao controle de
219 monitoramento em algumas situações. Caroline Lopes (AGEVAP) informou que, em
220 superfície, há uma cunha salina que avança próximo da foz (ponto 3). Em relação à
221 profundidade, a cunha invade o canal até o ponto 6, próximo à captação da CSA, por
222 exemplo. Hendrik (TNC) perguntou sobre a relação entre redução de vazão e melhoria da
223 qualidade de água. Julio (ABES) informou que a ANA definiu, no plano nacional de
224 qualidade de água, que vazão e qualidade devem ser fatores associados, mas esta relação
225 ainda não é tão direta. Em alguns pontos é complicado determinar vazão na foz por conta
226 da influência da maré. Caroline Lopes (AGEVAP) informou que o INEA concluiu que não
227 havia uma qualidade ruim de água mesmo no período de escassez. Em relação ao
228 material do GTAOH, Julio (ABES) passou em revista os mapas de salinidade e previsão
229 meteorológica. A previsão está sempre comparada à vazão monitorada em Santa Cecília.
230 Sobre o armazenamento, em 05 de abril, havia volume equivalente de 16,7%. No dia 30 de
231 janeiro era por volta de 1,4%. Na ocasião, em alguns momentos já era utilizado o volume
232 morto nos reservatórios de Paraibuna e Jaguari. Volume morto é aquele utilizado quando
233 não há mais ação da gravidade. O projeto da barragem é funcionar por gravidade para
234 gerar energia. Na cota de zero, não é possível gerar energia. Mas ainda há volume abaixo.
235 Em São Paulo, foram utilizadas bombas para retirar a água e levar para tubulações e
236 canais diversos. Com gestão e chuva, os reservatórios atingiram 16,7%. Em 2014, o
237 volume no dia 05 de abril era de aproximadamente 40%. Atualmente, a vazão natural é
238 maior do que o período de escassez. Este tipo de estudo é sempre feito à base de
239 projeções para os meses seguintes. O modelo é ajustado de acordo com os erros acertos
240 das projeções. Julio (ABES) informou que as chuvas contribuem pouco para os

241 reservatórios. Pensando no futuro, o mesmo informou que foi solicitada uma simulação
242 para o próximo período chuvoso. Até 31 de maio de 2015, a vazão no Paraíba seria de
243 127,5 m³/s, e a partir de 1 de junho, 110 m³/s. Considerando a série de 2014, estaríamos
244 com 13% de reservatório equivalente com as vazões de defluência. Considerando este
245 cenário de 2014 para o ano corrente, os níveis podem chegar a 13%, 8% e 3%. Se o ano
246 for tão severo quanto 2014, chegaremos a novembro com um percentual melhor por conta
247 da gestão. Os usuários estão enfrentando sacrifícios por imposição da crise. Existem
248 ajustes de quantidade e adaptação para passar pela crise. Amsterdan (SIMARJ) ressaltou
249 que há uma preocupação na crise com a utilização da água. E que se a intervenção fosse
250 feita em 2012, hoje não haveria um cenário tão crítico. Julio informou que a apresentação
251 foi para apresentar o cenário, mas que isso pode ser aprofundado junto à Secretaria
252 Executiva. Informou que o Comitê tem seguido o plano estratégico de recursos hídricos, e
253 a idéia é seguir o PAP e tentar manter as ações em curso. Uma dificuldade é a
254 insuficiência de preparo das empresas para conduzir as ações. Mas o próprio Comitê tem
255 analisado e tomado posições para levar projetos e ações à frente. Citou a apresentação do
256 Plano de Contingência na Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro. E como isto
257 possibilitou uma reunião mensal para implantar as ações previstas no plano. Então, de
258 certa forma, o Comitê Guandu tem uma capacidade maior hoje em relação à crise de 2003,
259 e tem trabalhado neste sentido. Tito de Araújo (INEA) perguntou sobre as simulações
260 como premissas do volume equivalente mais as possíveis contribuições meteorológicas.
261 Julio explicou que a série histórica foi considerada para calcular a vazão e a operação na
262 defluência. Hendrik (TNC) informou sobre o link da operação hidráulica e que isto seja
263 divulgado para a Câmara Técnica, para que assim os membros levem as informações para
264 suas instituições. O mesmo passou ao planejamento de atividades da Câmara Técnica.
265 Sugeriu que a Diretoria encaminhasse à Câmara pontos considerados prioritários,
266 considerando que as demandas aumentaram por conta da extinção das outras Câmaras.
267 Julio (ABES) informou que a matriz de programas e a competência da discussão sobre os
268 mesmos será ajustada e isso será divulgado para as Câmaras. O mesmo falou da proposta
269 de fortalecer a bancada do Rio de Janeiro em Brasília de forma que se consiga um pouco
270 mais de voz em relação às reivindicações enquanto estado do Rio de Janeiro.
271 Principalmente porque São Paulo está se mobilizando para a utilização do rio Jaguari.
272 Apontou que é interessante discutir a legislação, principalmente em relação a outorgas.
273 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) perguntou sobre a questão da resolução 11 e o
274 licenciamento. Falou sobre o problema do Ministério Público considerar a resolução que
275 recomenda a análise de empreendimentos de impacto ambiental pelo Comitê. Perguntou
276 sobre a possibilidade de discutir a resolução. Julio (ABES) informou que a transição de
277 governo, por ser continuidade, era considerada tranquila. Porém, alguns trâmites sofreram
278 entraves. Julio afirmou que a intenção é que o Estado esclareça um *modus operandi* para
279 questões de licenciamento. A idéia de Julio é discutir isto na próxima reunião da Diretoria
280 Colegiada. Andreia (P.M. QUEIMADOS) afirmou que a problemática atinge outros
281 processos de licenciamento no município de queimados. Julio propôs que isso fosse para a
282 Diretoria Colegiada, e além disso preparar uma pauta para conversar com a nova diretoria
283 da SEA e do INEA contendo este item para resolver. Hendrik (TNC) pediu que Julio Cesar
284 (ABES) informe sobre os próximos passos desta situação. O mesmo falou sobre o
285 planejamento que deve ser programado para a próxima reunião, mas também pode ser
286 alterado em função de necessidades diárias. Tito Luiz (INEA) perguntou sobre o horário de
287 funcionamento. Hendrik (TNC) afirmou que na próxima reunião, o planejamento estará em
288 pauta, assim como o horário de funcionamento. Julio solicitou que os membros montem

289 propostas e encaminhem à Secretaria Executiva para sintetizar e apresentar na próxima
290 reunião. 5 – Assuntos Gerais: Caroline Lopes (AGEVAP) apresentou o andamento das
291 ações de PSA. A respeito do edital do PRO-PSA, a mesma falou que a idéia é que os
292 membros levem para suas instituições a oportunidade do edital para ampliar o programa.
293 Caroline (AGEVAP) apresentou brevemente as características do programa: a
294 remuneração de produtores rurais que empreendem ações de restauração e conservação
295 florestal. Em seguida, os proponentes, que são Prefeituras e órgãos associados às
296 Prefeituras da RH-II. Os municípios interessados deverão submeter as propostas à
297 AGEVAP, que vai hierarquizar as iniciativas. Quanto ao projeto Produtores de Água e
298 Floresta – PAF, falou sobre a Unidade Gestora do Projeto - UGP, formada pelo Comitê
299 Guandu AGEVAP, ITPA, TNC E INEA Caroline (AGEVAP) relatou o andamento do PAF,
300 cuja unidade executora é a Tecnogeo. A empresa acompanha contratos e ações do PAF,
301 que está sendo ampliado. Franziska apresentou o andamento das ações para viabilizar
302 Concurso nas Escolas. Informou que surgiu uma observação de Fátima Rocha (AGEVAP)
303 em relação à demanda esperada para o Concurso. Considerando o total de alunos da
304 bacia, o problema é a possibilidade de baixa participação. As experiências do Encontro
305 com a Sociedade Civil e do projeto de Educação Ambiental apontam que é necessário
306 adequar a projeção da demanda para este tipo de ação. A sugestão de Fátima (AGEVAP)
307 é fazer a primeira edição do concurso para um grupo de municípios, como uma espécie de
308 piloto. A outra opção é fazer para toda a bacia. Determinar que a comunicação da empresa
309 contratada para a realização do concurso seja feita diretamente com as escolas pode
310 apontar para a realização em alguns blocos. Franziska (FAETERJ-Paracambi) sugeriu
311 Seropédica, Itaguaí e Paracambi para o primeiro bloco de municípios. Hendrik (TNC)
312 apresentou a visão de que é possível fazer em um nicho menor, conseguir sucesso e levar
313 para outros lugares; ou fazer na bacia inteira, conseguir mídia mas talvez pouca
314 repercussão nas localidades. Tito (INEA) sugeriu que a divulgação deve ser adequada às
315 faixas etárias. E também sugeriu uma pré-inscrição para ter noção do público. Julio (ABES)
316 sugeriu amarrar a continuidade do projeto em função de produtos. E um desses produtos
317 seria a adesão ao Concurso. Julio (ABES) afirmou que, mesmo que tenha custo do
318 Comitê, é necessário divulgar dentro dos municípios em todas as instâncias necessárias. E
319 a Secretaria de Meio Ambiente deve estar presente a todo o tempo. Hendrik (TNC)
320 complementou a proposta dizendo que o edital deve determinar a continuidade do projeto
321 de acordo com os produtos. Julio (ABES) informou que é necessário estudar
322 administrativamente estas propostas para otimizar a participação. O compromisso é
323 mandar um resumo do projeto e discutir e decidir entre os representantes do GT. Como
324 lista de encaminhamentos, segue: 1 - Elaborar carta ao INEA com as propostas levantadas
325 pela Câmara Técnica a respeito da apresentação da AEDIN, sobre a instalação de soleira
326 no canal de São Francisco. 2 - Enviar aos membros da CTEG, o link para acesso aos
327 documentos das reuniões da GTA OH (no site da AGEVAP). 3 - Enviar as apresentações
328 da GTA OH de 06.04.2015 aos membros da CTEG. 4 - Enviar a planilha de planejamento
329 das atividades da CTEG, após a atualização a ser realizada pelos diretores e incluir como
330 item de pauta. 5 - Informar na próxima reunião o andamento das atividades para
331 atualização da Resolução 11 do Guandu. 6 - Consultar os membros da CTEG quanto à
332 melhor data e horário para realização das reuniões. 7 - Enviar o projeto "O Fantástico
333 Mundo da Água" aos membros da CTEG. O coordenador da CTEG, Hendrik Mansur (TNC),
334 agradeceu a presença de todos, questionou se alguém teria algo a acrescentar e não
335 havendo, encerrou a reunião às 13h07min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata que
336 segue assinada pelos membros da CTEG.

337

338 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) _____

339 Camilla Hellen Peixoto de Lima (OMA-BRASIL) _____

340 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) _____

341 Hendrik Mansur (TNC) _____

342 Greice Kelly de Oliveira Mendes (P.M. Seropédica) _____

343 Tito de Araújo (INEA) _____

344 Andrea Loureiro (P.M. Queimados) _____

345 José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (P.M. Japeri) _____

346

347 Membros Presentes:

348 **Usuários:** Amisterdan Ribeiro, representando Márcio Fonseca Peixoto (SIMARJ);

349 **Sociedade Civil:** Camila Hellen Peixoto de Lima (OMA-BRASIL), Franziska Huber
350 (FAETERJ-Paracambi), Hendrik Mansur (TNC);

351 **Governo:** Greice Kelly de Oliveira Mendes (P.M. Seropédica), Tito de Araújo (INEA),
352 Andreia Loureiro (P.M. Queimados), José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (P.M. Japeri);

353

354 Membros Ausentes:

355 **Usuários:** Frederico Menezes Coelho (CEDAE), Raul Roberto Romero Gonçalves
356 (CEDAE);

357 **Sociedade Civil:** Daniel Shimada Brotto (UVA)

358 **Governo:**

359

360 Convidados: Abilio Souza Faia (FCC); William Weber (Jornalista); Wallace Rodrigues (P.M.
361 Paracambi); Monique de Oliveira Fontes (P.M. Itaguaí); Alessandro Silva (GERDAU);
362 Pamela Ferreira dos Reis (GERDAU); José Gomes Barbosa (LIGHT); Iran Bittencourt
363 Borges (ITPA).

364